



Mas será desta?

Carlos Garcia, Presidente da Associação Sindical dos Funcionários de Investigação Criminal da Polícia Judiciária.

Correio da Manhã, 07 de fevereiro de 2016

PJ não pode ser refém das ideias irrealistas da sua Direção Nacional.

As palavras da Ministra da Justiça, no Parlamento (a 2 de fevereiro), foram entendidas na PJ como uma luz ao fundo do túnel. Com agrado ouvimo-la admitir que a PJ necessita de um grande reforço de meios materiais e humanos e de uma maior "capacitação" com "condições de ação indispensáveis ao combate ao crime tradicional, violento, organizado, com particular enfoque no terrorismo, na cibercriminalidade, no crime económico e nos crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual.

Alivia-nos não a saber alinhada na estratégia securitária dominante, de confinamento da PJ ao crime económico, golpe fatal para uma polícia politicamente condenada a uma "morte lenta", ironicamente, por ser uma das poucas instituições eficazes do Estado.

Reconheceu a especificidade da carreira policial da PJ, que não pode continuar refém das ideias irrealistas da sua Direção Nacional, o que nos conduz à petição da ASFIC-Associação Sindical dos Funcionários de Investigação Criminal da PJ, nas mãos do Parlamento, para excluir os polícias e pessoal da cena de crime da estrita aplicação da lei geral do trabalho, para que seja possível requalificar dignamente o estatuto socioprofissional deste pessoal que tão maltratado tem sido pelo poder político.